

COMUNIDADE INDÍGENA APYKA'I: FORMAS DE ACOMODAÇÃO E PRECONCEITO

TEIXEIRA, Hildyanne¹ (hildy-tc@hotmail.com); CRESPE, Aline Castilho² (alinecrespe@hotmail.com);

1 - Discente do curso de Ciências Sociais da UFGD – Dourados; PIBIC/UFGD

2 – Docente do curso de Ciências Sociais da UFDG – Dourados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No estado do Mato Grosso do Sul vive a maior etnia indígena do país (os Kaiowá) e o município de Dourados tem a maior reserva indígena do Brasil. Os grupos indígenas que vivem no sul do MS são conhecidos, nacional e internacionalmente, pela precariedade em que vivem e pelas situações de violências ao qual foram submetidos depois de terem sido expulsos de seus territórios tradicionais ao longo do processo de colonização (CRESPE & LOERA, 2012). Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo levantar novos dados que dão continuidades às pesquisas em andamento sobre os indígenas Kaiowá com o objetivo de compreender os impactos da colonização e as formas atuais de acomodação dos Guarani e Kaiowá.

As relações entre indígenas e não indígenas no sul do MS são marcadas por práticas cotidianas de exclusão e preconceito, estejam eles nas reservas ou na cidade. Isso se deve a lógica das relações coloniais que marcam os contatos interétnicos entre as sociedades indígenas e não indígenas ao longo do processo colonial. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira definiu a *etnicidade* como *uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns* (CARDOSO DE OLIVEIRA & BAINES, 2005: 12). Os estudos de etnicidade tem como referência um *espaço social, interno a um determinado país, onde as etnias existentes mantêm relações assimétricas* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006:136). Nos estudos de etnicidade o interesse esta direcionado para as formas de interações entre grupos culturalmente distintos que compartilham da mesma realidade social via processo de colonização.

Segundo o antropólogo George Balandier (1993), a colonização tem consequências nefastas para os grupos colonizados. Ela promove uma verdadeira *cirurgia social* dentro dessas sociedades. O processo de colonização produz a medição e divisão do território, define onde cada um deve viver e em que quantia de espaço poderá se acomodar. A colonização tira as pessoas de um lugar para colocar em outro, sejam os colonos, sejam os índios. Isso gera o que Franz Fanon (2010) chamou de *crise latente* das sociedades colonizadas, que ocorre na medida em que as formas de organização social vigente antes da chegada das frentes de colonização são danificadas durante este processo. No caso dos Kaiowá, os deslocamentos forçados a que foram submetidos, bem como a

interferência do estado nacional via órgão indigenista oficial, tiveram significativo impacto nos mecanismos próprios de organização social (BRAND, 1997; CRESPE, 2015).

Para Fanon (2010) a situação colonial é uma situação de violência extrema marcada pela compartimentalização do mundo, segregação e exclusão. A segregação é resultado do processo de reordenamento territorial que a colonização produz. A situação colonial faz com que os grupos colonizados e os grupos de colonizadores vivam em mundos separados. Para o autor, o mundo do colonizado é sempre marcado pelo sofrimento e pela carência enquanto o mundo do colonizador é marcado pela abundância e ostentação. Para Fanon a *cidade do colonizador* e a *cidade do colonizado* são opostas e enquanto a primeira é marcada pela abundância a última é marcada pela escassez (FANON, 2010).

A cidade do colonizado, isto é, *a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva*, é a forma extremada da violência criada pela sociedade colonizadora. Neste processo, conforme expõe Fanon, a primeira coisa que é retirada da população colonizada é a terra e por isso a terra passa a ser *o valor mais essencial, porque o mais concreto* (Idem, p.60). Retirados da terra os grupos colonizados, que até então viviam de acordo com lógicas próprias de socialidade e produção, não conseguem mais produzir como antes, como ocorreu com os Kaiowá e Guarani após a criação das reservas indígenas pelo SPI. Neste caso, eles passam a sofrer com a escassez de alimentos e enfrentar uma realidade bastante diferente da vivida no século XIX.

Por conta do processo colonial, da perda da terra, dos impactos nos mecanismos de organização social os Guarani e Kaiowá perderam a autonomia econômica que possuíam no passado e ficaram dependentes do auxílio do estado e do trabalho fora das áreas indígenas. Atualmente, parte dos Guarani e Kaiowá se recusam a viver nas reservas e procuram retornar aos territórios tradicionais dos quais foram expulsos com a chegada das ondas de expansão colonial (CRESPE, 2015).

Outras famílias procuraram se acomodar em bairros localizados na periferia da cidade, pois nas cidades têm mais acesso a recursos como atendimento de saúde, escola e empregos (quase sempre de baixo reconhecimento social).

Dessa forma nos pusemos a pensar a realidade vivida pelos indígenas que se encontram em áreas próximas à cidade, e quais as razões que os fazem estar nesses outras formas de acomodação que não a reserva quando estão impossibilitados de residir em seus *tekoha*¹. Nesse caso, Apyka'i foi a comunidade que mais do que escolhida, nos escolheu. E por isso, lá realizamos a presente pesquisa.

¹ A palavra *tekoha* tem sentido polissêmico e foi discutida em uma série de trabalhos, como Brand (1997), Pereira (2014); Pimentel (2012); Cavalcante (2013) e Crespe (2015). Entre os índios é frequentemente traduzido como o local onde se pode viver o modo de ser (*teko*=modo de ser; *há*=indicativo de loca), local onde se pode ser, ou ainda, local onde se é.

A comunidade Apyka'i encontra-se, atualmente, em um assentamento precário localizado no município de Dourados, na BR 463, há mais de duas décadas. No dia seis de junho de 2016, pela quarta vez, o grupo foi despejado de uma pequena área onde estavam precariamente acomodados. No local eles ocupavam menos de 10 hectares de terras da Fazenda Serrana, área titulada no nome de Cassio Guilherme Bonilha Tecchio. Depois do despejo a comunidade voltou, novamente, para a beira da rodovia. Na noite do despejo, sob o calor da fogueira, a liderança da área, dona Damiana Cavanha, falou em tom de desabafo: *“Passei 25 anos de muito sofrimento aqui nesse mesmo lugar”*. Depois do despejo a comunidade foi impedida de permanecer, ou entrar, no espaço que ocupavam. Uma empresa de segurança privada impediu que os índios entrassem novamente na área. Presentemente, acampados na margem da rodovia, estão sem acesso à água, sem local para plantar, sem lenha e sem mata.

A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS

As reservas indígenas foram criadas no início do século XX, após a criação do Sistema de Proteção ao Índio. Entre os anos de 1915 e 1927 o SPI demarcou oito reservas indígenas no sul do MS, destinadas às famílias das etnias Guaraní e Kaiowá (Brand, 1997). A Reserva Indígena de Dourados foi criada em 1917 e, nos últimos cem anos, recebeu, paulatinamente, famílias indígenas que foram retiradas de seus *tekoha* para liberarem as terras para o assentamento dos colonos e exploração econômica da terra. Atualmente, em menos de 3.600 hectares, vivem cerca de 15000 indígenas. Sem água, com a terra deteriorada, nas reservas as famílias perderam a autonomia política e economia que tinham no *tekoha*, e por conta disso, vivem uma série de dificuldades que detectamos ao longo do trabalho.

Apesar das reservas serem criadas no início do século XX, como consta na tese de Antônio Brand (1997), no processo de colonização do estado a destruição de muitas aldeias fez-se ainda mais intensa a partir do ano de 1950. Foi um processo de grande violência contra os povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

A reserva indígena de Dourados foi a segunda das oito reservas criadas em Mato Grosso do Sul. Muitos *tekoha* foram deslocados para viver confinadas nesta área. Assim, as famílias que viviam em seus territórios foram fragmentadas neste processo.

“A ação do SPI e do Governo do Estado, ao criar essas oito Reservas de terra para usufruto dos índios Kaiowá/Guarani, sinaliza e oficializa o processo de confinamento compulsório, amplamente denunciado pelos informantes indígenas. LIMA (1992:40) lembra bem que as Reservas indígenas, enquanto “porções de terras reconhecidas pela administração pública”, representavam talvez “o melhor produto da dinâmica tutelar”. Ao demarcar essas pequenas porções de terra, o governo liberava o restante da terra para colonização. Criava “espaços livres para a empresa privada.” (1992:125)” (BRAND, 1997:pg 115).

Hoje em dia, a Reserva Indígena de Dourados está cercada pela cidade e por fazendas, o que permite grande contato dos Kaiowá com os não índios que vivem na cidade. Os indígenas transitam constantemente nas áreas urbanas para procurar empregos, fazer coleta e compras e para acessar a outros serviços que não podem ser encontrados dentro da aldeia, como atendimento médico e escola.

Esse contato, supri certas demandas por parte dos índios e por parte dos brancos também, que utilizam mão de obra indígena para a construção de estradas, limpeza de ruas e outros trabalhos mais precarizados. Esta relação também tem grande importância na circulação de dinheiro em muitos comércios locais, mas que também colocam os indígenas em choque com o preconceito local.

Dentro das reservas os índios enfrentam inúmeros problemas de infraestrutura. Constantemente a comunidade passa por problemas de falta de água ou de alagamento em épocas de chuva por conta de um mau planejamento da estrada. O Jornal Campo Grande News, em uma reportagem, aponta que “problema recorrente nos últimos anos, a falta de água na reserva ocorre principalmente por ausência de manutenção na rede de abastecimento. Equipamentos que bombeiam a água dos poços estão queimados e canos estourados impedem que o líquido chegue às residências”. (FREITAS; MALDONADO. “Sem água, famílias indígenas querem poço caseiro e rede da Sanesul”. Campo Grande News. Publicada em 03 de maio de 2016. Último acesso em 18 de agosto de 2016).

Muitas famílias passam fome por viver em situação de pobreza extrema, por não terem espaço para plantar, dificuldade agravada pelas condições do solo, deteriorado com o desmatamento. Retirados do território, os Kaiowá perderam a autonomia de produzir seu próprio alimento, resultando na dependência atual de alimentos vindo de fora. Assim, o apoio da FUNAI e de outras organizações torna-se inevitável para a sobrevivência das famílias indígenas.

Os conflitos entre as famílias são recorrentes. Isso se deve a fragmentação das parentelas e, conseqüentemente, a mistura delas dentro das reservas. Isso se agrava com as interferências políticas externas, que muitas vezes agravam as tensões internas.

Essa série de problemas, todos relacionados à questão fundiária, é o caminho para compreendermos a alta taxa de suicídio presente nas áreas indígenas. As áreas indígenas de Dourados, Amambai e Paranhos aparecem no topo da lista de mortalidade suicida no Brasil. Segundo o Antropólogo Spensy Pimentel para o Jornal iG, “individualmente, o suicídio tem as mais variadas motivações. Mas, na maioria das vezes, os pequenos conflitos familiares que levam um jovem a tomar a decisão de tirar a vida estão relacionados à falta de terras” (ZIEGLER. “Suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que taxa nacional”. Portal iG. Publicada em 8 de outubro de 2014. Último acesso em 17 de agosto de 2016).

Todos estes problemas têm sido indicados pelos índios que vivem fora das reservas como fatores que os fazem sair de dentro dela. Atualmente, tem sido crescente o número de retomadas e de famílias que vivem na cidade de Dourados. A partir disso, vemos como a vida na cidade e as tentativas de recuperar os territórios expropriados pelas frentes de colonização aparecem como condição para os indígenas frente à (im)possibilidade de viver no confinamento das reservas.

O APYKA’I

O Apika’y é uma comunidade da etnia Kaiowá que está há mais de vinte anos organizada para recuperar o território do qual foram expulsos. Atualmente vivem no local cerca de dez pessoas, incluindo as crianças. Em torno de vinte anos as famílias do Apika’y têm alternado seu assentamento, ora dentro da área que reconhecem como tekoha, ora na margem da rodovia, local possível de permanecer após as ações de despejos impetradas pelo arrendatário da terra onde se encontra o acampamento. Após o despejo, sem conseguirem se adaptar nas reservas, as famílias procuram reorganizar a vida, fragmentada no processo colonial, conforme aponta Crespe (2015): *o que os Kaiowá fazem com seus movimentos de reorganizar as relações sociais fragmentadas é tentar reproduzir o tekoha em tempos atuais.*

O grupo, antes do último despejo, estava assentado próximo a um córrego, de onde retiravam a água. O córrego, cercado pelas plantações, está contaminado com o veneno das lavouras de cana-de-açúcar. Ao lado do deserto verde resta um vestígio de mata ciliar que proporcionava o mínimo de sombra e lenha para a comunidade. Da estrada para a mata há um caminho que nos levava inicialmente para duas casas de lona e madeira, muito próximas, de duas famílias de *Apyka’i*. Continuando, chegávamos a um grande pátio de chão batido, onde se encontravam outras casas de mesmo material que as primeiras, exceto uma que era toda de madeira, pertencente à liderança Damiana, liderança da comunidade. As casa estavam organizadas em um semicírculo, que recebiam sol durante todo o dia. Havia também um poço feito pela comunidade; uma pia sem encanamento sobre toras de madeira; um varal para roupas de arame farpado; marcas de rodas de fogueira; vestígios de *guachirés* (brincadeira de dança de roda) noturnos; uma mesa de madeira usada quase

sempre para colocar os alimentos preparados; algumas cadeiras cujos posicionamentos indicavam boas rodas de silêncio e de conversa, sempre movimentadas pelos parentes que transitavam ali. Quase no centro do pátio, ficava o *yvyra marangatu*, espécie de altar onde varas são fincadas no chão e ligadas a fios de algodão para a realização de rezas. Do pátio saem dois caminhos: um que passa por dentro da mata nativa que chega ao córrego, outro que continua atrás das casas, que leva para os cemitérios.

No caminho para o cemitério canas de açúcar secas misturam-se com a terra vermelha no caminho. No mais novo cemitério estão enterradas seis pessoas. Sua existência pode, no ano de 2015, impedir uma ordem de despejo contra o Apyka'i. Porém, em 2016, os indígenas enterrados ali não tiveram o mesmo peso para o Juiz Fábio Kaiut, que depois de muitas tentativas tornou possível a expulsão da comunidade de seu *tekoha*.

O cemitério sempre é apresentado aos visitantes pela comunidade indígena. Indo sempre em frente, Dona Damiana e seu filho Nivaldo nos guiam até a área sagrada enquanto rezam com o *mbaraká* e o *chiru* nas mãos. Há apenas um túmulo cimentado, os outros cinco são indicados por cruzes e objetos usados pelos indígenas durante as suas vidas. Em uma das cruzes há uma panela e um chapéu. Em outra há um cobertor azul e uma lata de leite ninho, indicando ser o túmulo de uma das crianças que foram atropeladas.

Há uma morte causada por envenenamento. Alzira Melita tinha 93 anos quando não resistiu à pulverização de veneno sobre a plantação de cana-de-açúcar. Há inúmeras denúncias de indígenas em áreas de retomadas que afirmam e comprovam através de imagens ataques químicos por parte dos fazendeiros em cima de seus acampamentos. O envenenamento, realizado com alta quantidade de agrotóxico além de fazer com que os indígenas tenham intensas dores de cabeças, náuseas e tonturas, causam intoxicações irreversíveis depois de repetidas exposições ao toxicante.

Também há seis mortes por atropelamento. Testemunhas afirmam que foram causadas por veículos da Usina São Fernando. A maioria dessas mortes ocorreu em momentos de efervescentes ataques de jagunços à comunidade kaiowá. Os indígenas chamam de jagunços aqueles que trabalham para o fazendeiro realizando ataques, fazendo guarda na fazenda e assassinando indígenas. O único que lá não foi enterrado é Ilário Ascário de Souza, falecido companheiro de Damiana, vítima de atropelamento no ano de 2004.

Para chegar ao outro cemitério, o mais antigo, há um longo trajeto. No caminho, Damiana e Nivaldo nos contam onde eram as outras casas e espaços de interação entre os indígenas. Falam de casas de reza e ambientes onde assavam batata doce para comerem em reunião com outros Kaiowá. Relatam também onde e como preparavam a erva-mate para tomar o tereré, chamada de *ka'á*. Há um grande espaço onde afirmam que se encontrava a casa de reza, onde eram realizados batismos e o ritual do *tembetá*, onde os lábios inferiores dos indígenas eram perfurados. Os indígenas

relembrem de outros lugares que compunham o território antes da primeira expulsão, como as casas dos parentes falecidos e onde iam colher ervas medicinais. O chão desses espaços é ainda marcado pelo mato baixo, como fantasmas de um tempo que o latifúndio não conseguiu enterrar.

De longe é possível avistar uma grande árvore solitária em meio ao deserto verde de cana-de-açúcar e no pouco de mata nativa que resta. Poucos metros antes de chegar na árvore, Damiana e Nivaldo reiniciam sua reza. É lá onde estão enterrados os parentes de Apyka'i. Ali é o primeiro cemitério da comunidade, indicado por uma cruz envolta por um pano branco fincada na terra vermelha. Damiana posiciona Nivaldo há alguns metros da árvore. Caminhando por mais aproximadamente 10 metros, a liderança se posiciona no local onde ela indica começar as sepulturas. Andando até Nivaldo, ela mostra com sua mãos os lugares e a ordem onde seus parentes foram enterrados. Todos chamados pelo nome de batismo indígena.

O ÚLTIMO DESPEJO EM APYKA'I

Na madrugada da quarta-feira do dia 6 de julho a comunidade acordou com quase uma centena de policiais armados para cumprir a ordem de despejo sob o comando do Juiz Federal Fábio Kaiut Nunes. Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, estavam organizados para expulsar mais uma vez a comunidade com menos de 10 pessoas. O *Apyka'i*, pego de surpresa, teve parte suas coisas recolhidas e jogadas do outro lado da estrada. O resto, juntamente com os escombros das casas que foram demolidas por um trator, foram revirados e amontoados no meio do que era o pátio da retomada. Tentaram queimar, mas a chuva logo impediu. A criação de galinhas, alguns cachorros e um gatinho também precisaram ser deixados para trás.

Alguns apoiadores da luta indígena haviam chegado, mas foram impedidos de entrar na área. As crianças indígenas, todas abaladas, foram recolhidas e postas dentro de uma ambulância do corpo de Bombeiros sob a justificativa de que deveriam ser protegidas da chuva.

Como a FUNAI não tinha sido avisada sobre o cumprimento da ordem de despejo, não havia preparado nenhum lugar para os indígenas permanecerem após a realização da ordem. Mesmo assim a comunidade afirmava que em hipótese alguma sairia de perto de suas terras, onde seus parentes estão enterrados. Então, do outro lado da estrada, novamente montaram seu acampamento. Mesmo sem água, sem espaço, sem comida, a reserva não se mostrou uma opção. Após o despejo Dona Damiana expressa sua insistência em permanecer ali: *Eu não vou sair daqui. Vou ficar perto do meu tekoha, onde meu pai tá enterrado. Eu sou guerreira e não tenho medo de ficar aqui.*

Como aponta Crespe (2015), a permanência nas margens da rodovia implica na existência de mais dificuldades que precisam ser administradas pela comunidade:

As áreas localizadas em margens de rodovias tendem a apresentar condições ainda mais difíceis do que outras formas de ocupação descritas anteriormente. O espaço para acomodação é pequeno, consistindo apenas na faixa de terra entre a cerca da fazenda e a estrada. Na margem da rodovia os índios têm maiores dificuldades de acesso à água e à lenha. Também, a proximidade com a rodovia os deixa em uma situação de risco, ocorrendo muitos atropelamentos seguidos de morte. (CRESPE, 2015:256)

Na beira da rodovia, Dona Damiana e sua família montaram seu novo acampamento entre a cerca de uma fazenda e o meio-fio da estrada. Há seis casas feitas de lona de diferentes famílias. A água, quando não trazida pelos apoiadores, é buscada no córrego contaminado. Próximo à casa de Damiana foi montado o *yvyra marangatu*, onde os indígenas continuam fazendo suas rezas.

Já na primeira semana de despejo, a transitividade de parentes aumentou. Cerca de 10 indígenas de Caarapó vieram prestar solidariedade para Apyka'i. Há sempre muitos indígenas de outras retomadas e aldeias transitando naquela área. Nestas situações os indígenas tendem a aumentar sua rede de solidariedade. As pessoas que vem apoiar o grupo, na maior parte das vezes, estão envolvidas em outras retomadas e possuem conhecimento do impacto de um despejo para uma comunidade.

Os mais velhos da comunidade em muitos momentos demonstram a sua preocupação para com as crianças quando estão fora de suas casas. Gabriel Lopes, que faleceu atropelado com apenas quatro anos, é sempre lembrado com muita tristeza pela comunidade. Para ir de uma casa para outra é praticamente inevitável andar pela estrada. As crianças, desse modo, são repreendidas o tempo todo pelos adultos, que temem pela vida das crianças.

No acampamento a comunidade continua se alimentando de doações. Pois se antes, em menos de 10 hectares já era difícil para as famílias viver e plantar, agora, na beira da estrada, as condições ficam mais complicadas ainda.

Na primeira semana de novo acampamento houve um dia em que a chuva veio com intensidade. As casas, que ainda não estavam todas levantadas, não suportaram a força da água, e muitas roupas, lençóis e colchões doados à comunidade foram molhados.

Percebe-se que mesmo com as péssimas condições vividas pelos indígenas, voltar para a aldeia, onde se encontram muitos parentes, não se mostra uma opção. As condições da reserva, para muitas famílias, é ainda mais difícil de suportar do que a longa espera para a regularização fundiária de seus territórios

APYKA'I, A CIDADE E A RELAÇÃO COM OS BRANCOS

As famílias de Apyka'i também circulam na área urbana de Dourados. Isso porque a área está localizada geograficamente próxima à cidade. Alguns indígenas trabalham na cidade e residem na periferia, contudo continuam circulando em Apyka'i. Até mesmo as periferias da cidade, onde as condições são tão precárias quanto o acampamento na beira da estrada, têm sido uma opção melhor para muitos Kaiowá do que a Reserva indígena de Dourados.

A localização da comunidade facilita o apoio dos brancos em roupas e alimentos, por não ser uma área afastada. Contribui também para a visibilidade da comunidade nos meios de comunicação não indígenas. A estrada liga Dourados à Ponta Porã, por isso a circulação de veículos é grande. Os indígenas de Apyka'i já fizeram muitas manifestações nesse espaço. O último, inclusive, foi após o despejo do dia 6 de julho. Com o apoio de parentes de Caarapó, fecharam a rodovia por mais de cinco horas em protesto em alternância.

Dona Damiana é bem conhecida em todo o Brasil. Usada como exemplo feminino e indígena de luta, já protagonizou muitas campanhas em torno do Apyka'i. Enquanto participava do “I Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vitimas do Estado Democrático”, no dia 12 de maio, na cidade de São Paulo, Damiana recebeu a notícia de despejo. Ela fora convidada pelo movimento social “Mães de Maio” para representar os Kaiowá e denunciar a situação vivida na luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

Em decorrência da última ordem de despejo, a campanha “Deixe o Apyka'i viver” (Crespe, 2015) foi retomada, e sua imagem circulou em jornais nacionais e internacionais, recebendo o apoio de muitas organizações.

Entretanto, apesar de Dona Damiana ter conquistado estes espaços para realizar denúncias em relação ao modo como os Guarani e Kaiowá vivem no sul do MS, as situações de violência tem se agravado, o que se deve, em grande medida a expansão do etanol. No ano de 2007, Lula e Bush, até então presidentes, o primeiro do Brasil e o outro dos Estados Unidos, fizeram um acordo para que a produção de biocombustíveis fosse impulsionada. Para a produção do etanol, as investidas nesse momento foram na cana-de-açúcar.

As condições de Mato Grosso do Sul são ideais para transformar a cana em uma *commodity*. Assim, segundo o documentário “À sombra de um delírio verde”, só no ano de 2012, 900 mil a 1 milhão de ha do Estado já estavam estimadas para monocultura de cana-de-açúcar. O documentário aponta ainda, que até o ano de 2015 essa produção tenderia a aumentar 10 vezes mais.

Desde então, muitas usinas foram financiadas por bancos nacionais e capital estrangeiro para se instalarem aqui. A especulação sobre as terras do MS fez o preço das fazendas disparar, e desde o ano de 2008 não foram mais abertas portarias na FUNAI para o estudo de terras tradicionais. Nunca

se demarcou tão poucas terras indígenas desde a promulgação da Constituição de 1988. No governo de Fernando Henrique Cardoso houve mais terras demarcadas que no governo do Partido dos Trabalhadores. Neste contexto foi adotada uma política de expansão do latifúndio para a produção de agro combustível que afetou negativamente o *tekoha* Apyka'i, que se encontra na Fazenda Serrana, atualmente arrendada para a Usina São Fernando, produtora de etanol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR QUE SAIR DA RESERVA E LUTAR PELO TEKOKHA?

“Antigamente chegavam aqui e falavam “esse aqui já comprei, você tem que desocupar”. Índio ia, mas depois ocupava de novo, e assim por diante.”

Nivaldo, filho de Dona Damiana.

O modo de ser kaiowá, assim como outras etnias indígenas, diferentemente do que foi sustentado por anos, não é um estágio da humanidade prestes a evoluir para o famigerado modo de ser europeu. As tentativas de colonização foram cruéis e prevalecem até hoje, contudo, os indígenas resistem com suas práticas tradicionais, com seu desejo de viver novamente o *teko porã* e com sua consequente luta pelas suas terras. Na reserva, os indígenas são impossibilitados de viver em seu modo. Trata-se de outra sociedade organizada diferentemente da nossa. O processo de confinamento dos indígenas nas aldeias não se deu de forma pacífica e rápida. Houve expulsões, imposições e resistências. Impossibilitados de “ser” nas áreas demarcadas, buscam em seus *tekoha* a possibilidade de voltar a viver aquilo que era possível antes da chegada do latifúndio: autonomia enquanto povo para poder se alimentar, reorganizar sua parentela, rezar, dançar e se organizar politicamente.

“Os Kaiowás buscam formas de recompor seus *tekoha* nas áreas demarcadas como reservas. Entretanto, apenas atingem um êxito parcial devido [...] principalmente: 1) à pouca disponibilidade de terras, algumas reservas como Dourados parecem mais com bairros semi-urbanos; 2) à destruição ambiental, quem impõe a indisponibilidade de terras para cultivo e demais atividades econômicas e culturais; 3) ao grande número de parentelas confinadas nas reservas, criando uma configuração heterogênea ao ponto de praticamente inviabilizar o estabelecimento de alianças. Os Kaiowás reconhecem as dificuldades de convivência nas reservas, existindo uma espécie de mal-estar geral na população ou estresse coletivo que se reflete no aumento dos casos de violência, responsável pela situação de insegurança permanente entre as famílias que vivem nas reservas mais populosas. Estas circunstâncias criam grandes dificuldades para a recomposição dos *tekoha*.” (PEREIRA, 2004: pg 127 e 128.)

A situação vivida pelos indígenas dentro das reservas é tão inaceitável para eles que, mesmo com todas as dificuldades de viver na beira da estrada correndo risco de vida, passando fome, sem segurança; ou nas periferias de Dourados, sofrendo preconceito e vivendo as consequências de um trabalho precarizado, é melhor do que continuar na Reserva de Dourados. Estar acampado é um passo a mais para a reconquista de suas terras. É uma maneira de pressionar o Estado para que os estudos sejam feitos de maneira mais rápida, ou que simplesmente comecem a ser feitos. É uma forma de ganhar visibilidade frente a uma política de estado sempre os colocou à margem. Ir para a área urbana, ou para o acampamento, é tentar buscar uma forma melhor para sobreviver em meio à impossibilidade de estar em suas terras.

No Apyka'i, mesmo os indígenas mais novos se identificam enquanto pertencentes às áreas tradicionais de seus avós, e muitas vezes de seus pais, pois muitas expulsões ocorreram em tempos recentes, como em 1980. É muito comum ouvir dos indígenas sobre a necessidade de permanecer na área onde os mortos estão enterrados. Além disso, para os Kaiowá, a terra não é vista como mercadoria, e é importante manter um vínculo com seus mortos.

A razão dos Guarani para permanecer na terra é um pouco mais sofisticada. Eles não admitem abandonar seus mortos. Que por sua vez foram assassinados porque se recusavam a abandonar a terra de seus mortos mais antigos - e assim por diante. O fio que dá sentido à vida deles não se rompe com a morte dos antepassados. Ao contrário: os vivos continuam a se relacionar com os que se foram. Continuam ligados não apenas à memória dos mortos, como nós, mas ao terreno onde morreram e foram enterrados, pois ali eles ainda estão. Não se abandona a terra que abriga os corpos dos antepassados, dos companheiros e filhos, dos que morreram de velhice, de doença ou de tiro, ao proteger o mesmo cemitério indígena onde repousam antepassados ainda mais remotos". (Maria Rita Kehl, 24/11/2013, Racismo Ambiental, apud CRESPE, 2015: pg 266).

Os indígenas sempre chamam a atenção para os males do latifúndio no meio-ambiente. A preservação ambiental, desse modo, também é usada como base para a demarcação de terras. O *Ka'a gurusú* (mata grande) é de grande importância para que os indígenas possam caçar, coletar, construir suas casas, para se refugiar, além dos aspectos cosmológicos que os ligam à natureza. A monocultura já devastou milhares de hectares de mata nativa no Mato Grosso do Sul. Inúmeras espécies de fauna e flora, que impossibilitados de viver em seu habitat natural, foram perdidos para o deserto verde.

O uso de agrotóxicos em demasiada quantidade foi o responsável por deixar Dourados com seu lençol freático contaminado. Segundo o jornal Centro-Oeste Popular, “a contaminação do rio Dourados foi identificada pelo Lacen –PR (Laboratório de Saúde Pública do Paraná), no período de janeiro a agosto de 2010, pois o Lacen-MS não possui estrutura técnica e de pessoal para realizar a identificação dos componentes tóxicos na água. Foi encontrada a presença do agrotóxico clorpirifós etílico - inseticida, pesticida e formicida, classificado como altamente tóxico pela Anvisa - e o temefós - larvicida comumente utilizado contra proliferação de mosquitos. Não só o consumo de água com estes produtos é prejudicial à saúde, como também afeta a alimentação dos peixes do rio, que concentram altos níveis das substâncias nocivas”. (Centro-Oeste Popular Online. “MS Câncer: análise da água de Dourados supostamente contaminada estaciona na Justiça”. Publicada em 27 de abril de 2015. Último acesso em 17 de agosto de 2016).

Os Kaiowá do Apyka’i afirmam, com convicção, de que a desistência da luta pelas áreas reconhecidas como tradicionais não se mostra uma opção. A história da luta indígena indica que desde o princípio das expulsões, os indígenas já vinham com as tentativas de reocupações, assim como Nivaldo afirmou, “índio ia, mas voltava de novo”.

Os índios que lutam pela recuperação de seus territórios lutam pela tentativa de viver o bem viver kaiowá, por isso está intrinsecamente ligado a terra. Todos os problemas enfrentados na reserva foram oriundos do confinamento, da retirada dos indígenas de suas áreas tradicionais para alimentar políticas de expansão do latifúndio, que se consolidam no sistema político-econômico capitalista.

Os dados apresentados indicam que a Reserva nunca foi e não será uma opção viável para os povos que se veem pertencentes às terras que ocupavam antes da expansão do estado de Mato Grosso do Sul, e que, diante disso, estarão reivindicando o seu espaço tradicional até que todas as terras sejam demarcadas.

BIBLIOGRAFIA

BALANDIER, Georges. 1993 [1951]. *A noção de situação colonial*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. Revisão de Paula Monteiro. *Cadernos de Campo*, volume 3, pg. 107-131, São Paulo.

BRAND, Antônio. 1997. *O impacto da perda da terra obre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & Baines, Stephen G. (orgs). 2005. *Nacionalidade e etnicidade em fronteira*. Brasília, Editora UNB.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. 2013. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, SP.

CRESPE, Aline. 2015. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, UFGD, Dourados, MS.

LITTLE, Paul. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*.

PEREIRA, Levi M. 2004. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Levi M. 2012. *Expropriação dos territórios Kaiowá e Guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios – tekoharã*. Revista de Antropologia da UFSCar, volume 4, número 2 | julho – dezembro, SP.

PIMENTEL, Spency Kmitta. 2012. *Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, SP.

DOCUMENTÁRIO

An Baccaert, Cristiano Navarro e Nicola Mu. *À sombra de um delírio verde*. 2011. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/o-lado-negro-do-combustivel-verde/>>. Acesso em 5 de agosto de 2016.

REPORTAGENS

Maria Fernanda Ziegler. *Suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que taxa nacional*. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2014-10-08/suicidio-de-indios-no-brasil-chega-a-ser-seis-vezes-maior-do-que-taxa-nacional.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

Caroline Maldonado e Helio de Freitas. *Sem água, famílias indígenas querem poço caseiro e rede da Sanesul*. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/sem-agua-familias-indigenas-querem-poco-caseiro-e-rede-da-sanesul>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

João Fellet. Área indígena do MS lideraria ranking de capitais mais violentas. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_sub_indios_violencia_pai_jf>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

Centro Oeste Popular Online. MS Câncer: análise da água de Dourados supostamente contaminada estaciona na Justiça Disponível em: <http://www.copopular.com.br/agronegocio/id191706/ms_cancer__analise_da_agua_de_dourados_supostamente_contaminada_estaciona_na_justica>. Acesso em 18 de agosto de 2016.